



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Câmara dos EUA acusa China de usar Brasil para espionagem

Um relatório divulgado pelo comitê da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos dedicado ao monitoramento da China acusa Pequim de utilizar projetos espaciais instalados no Brasil para ampliar capacidades de espionagem e vigilância militar. O documento elaborado pelo parlamento cita estruturas no país e afirma que elas podem auxiliar o governo chinês no monitoramento de satélites, comunicações e ativos militares.

O relatório aponta duas iniciativas em território brasileiro: a estação terrestre de Tucano, na Bahia, desenvolvida em parceria entre a brasileira Ayla Nanosatellites e a chinesa Beijing Tianlian Space Technology, e o laboratório sino-brasileiro de radioastronomia em Serra do Urubu, na Paraíba.

Segundo o relatório, a infraestrutura espacial chinesa na região “ilustra como instalações operadas sob aparência civil podem funcionar como estruturas militares de uso dual”, ampliando “a capacidade do PLA [Exército de Libertação Popular da China] de atingir e interromper sistemas espaciais adversários ao redor do globo”.

No caso da estação de Tucano, formalizada em 2020, o comitê afirma que o acordo prevê armazenamento e troca de dados operacionais entre as redes de antenas das empresas envolvidas. O documento diz que esse arranjo “poderia, na prática, aprimorar precisão de rastreamento, consciência situa-

cional espacial e resiliência de comando em ativos espaciais civis e militares”.

O relatório também menciona um memorando firmado entre a Ayla Nanosatellites e o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial da Força Aérea Brasileira. Segundo o texto, o acordo inclui treinamento de militares em simulação orbital e uso de antenas da FAB como estrutura de backup da estação.

“Essa integração fornece à República Popular da China um canal para observar e influenciar a doutrina espacial militar brasileira, enquanto estabelece uma presença permanente em uma região vital para a segurança nacional dos Estados Unidos”.

O comitê americano também sustenta que a combinação de dados da constelação de satélites Ayla com redes chinesas “poderia desenvolver uma capacidade de vigilância de alta recorrência capaz de identificar ativos militares camuflados e rastrear objetos espaciais estrangeiros em tempo real”.

Outro projeto citado é o laboratório conjunto de radioastronomia criado em 2025 entre instituições brasileiras e o instituto chinês China Electric Science and Technology Network Communication Research Institute (CESTNCRI). O relatório afirma que, embora o projeto seja apresentado como iniciativa científica, as tecnologias envolvidas possuem potencial de uso militar.



Relatório acusa China de usar projetos no Brasil para espionagem

“O instituto está profundamente integrado à base industrial de defesa da China” e “as aplicações tecnológicas mais amplas desses sistemas de observação do espaço profundo podem ter capacidades de uso dual para inteligência militar, consciência situacional espacial e rastreamento de alvos não cooperativos”, diz o texto.

Telescópio em São Paulo

O documento dedica atenção especial ao telescópio BINGO, atualmente em construção em São Paulo e destinado à Serra do Urubu. Segundo os parlamentares americanos, os algoritmos usados para filtrar interferências de rádio “poderiam ser capazes de interceptar, classificar e isolar pulsos de radares militares, telemetria de satélites e atividades de guerra eletrônica com extrema sensibilidade”.

A investigação afirma ainda que estações chinesas instaladas na América Latina podem ajudar Pequim a monitorar comunicações militares americanas em frequências

privadas, além de auxiliar no rastreamento de navios e aeronaves.

“Essa rede permite ao PLA localizar e rastrear atividades de adversários escolhidos mesmo do outro lado do globo, expandindo sua rede de vigilância e suas capacidades de ataque”, aponta o documento.

Ao final, o comitê recomenda que os EUA ampliem restrições à cooperação espacial envolvendo países que hospedam infraestrutura chinesa, revisem acordos multilaterais e trabalhem para conter a expansão de estruturas espaciais ligadas à China no hemisfério ocidental.

O relatório é um documento produzido pelo comitê especial da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos voltado ao acompanhamento da atuação da China no cenário internacional. O grupo, chamado “Comitê Especial da Câmara dos Representantes sobre o Partido Comunista Chinês”, realiza análises periódicas sobre segurança nacional, tecnologia, influência geopolítica e possíveis riscos ligados ao governo chinês.

Deputado Rafa Zimbaldi*

Feminicídio em alta e a urgência de leis mais duras e efetivas contra agressores

O governador Tarcísio Gomes de Freitas (Republicanos) anunciou a instalação de 69 Salas DDM (Delegacias de Defesa da Mulher), dentro dos próximos meses, no estado de São Paulo. Deste total, 60 unidades vão funcionar em cidades do interior, incluindo Campinas-SP e região, e nove, na capital.

A medida, sem dúvida, amplia os canais de atendimento às mulheres, especialmente em áreas onde se concentram a maior parte dos casos de feminicídio — crime que já ceifou 60 vidas apenas no primeiro trimestre de 2026 em municípios interioranos, representando, lamentavelmente, aumento alarmante de 76,5% em relação ao mesmo período de 2025.

No total, foram registrados 86 casos no estado - alta de 41%. Na prática, isso significa que uma mulher foi assassinada a cada 25 horas em solo bandeirante.

Diante deste cenário, ampliar a rede de atendimento não é apenas necessário; é urgente. Mas precisamos, também, de respostas mais efetivas, por força da lei, para evitar histórias como a de uma publicitária paulistana que, mesmo após registrar seis Boletins de Ocorrência (B.Os.) e obter medida protetiva contra o ex-companheiro, teve sua denúncia de violência psicológica e stalking arquivada pela Justiça paulista, a pedido do Ministério Público (MP), sob alegação de falta de provas.

Em São Vicente-SP, na Baixada Santista, outro caso revela o tamanho da barbárie. Thalys Feitosa da Silva

descumpriu medida protetiva, invadiu a casa da ex-companheira e tentou matá-la a facadas. Para se defender, a mulher reagiu jogando água fervente no agressor. Mesmo hospitalizado, ele continuou a ameaçá-la por mensagens. E há um detalhe ainda mais grave: meses antes, o homem já havia tentado assassinar a vítima com 13 facadas, após o fim do relacionamento.

Em Campinas-SP, um episódio recente teve desfecho ainda mais brutal. Nájjylla Duenas Nascimento, de 34 anos, foi assassinada com dez tiros pelo marido, o guarda civil municipal Daniel Barbosa Marinho, durante a própria festa de casamento deles, após uma discussão.

Casos como estes não são exceção; viraram rotina, “esporte”. Isto precisa parar. Portanto, não basta o Estado ampliar estruturas para acolher denúncias e vítimas. É necessário endurecer as respostas da Justiça. Legislações que reforcem a tolerância zero contra a violência são urgentes.

Neste sentido, sou autor do Projeto de Lei (PL) 1.337/2025, atualmente em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), que propõe a criação de um Cadastro Estadual de Agressores. A ideia é que a plataforma reúna dados de condenados por crimes sexuais, feminicídio, pedofilia e outras formas de violência contra mulheres, crianças, adolescentes e idosos. O sistema servirá para livre consulta de órgãos públicos, setor

privado e sociedade civil.

Também é de minha lavra o PL 263/2026, que prevê a implantação, em todo o estado de São Paulo, de um sistema integrado entre a Polícia e a Justiça, com o objetivo de monitorar e combater crimes como stalking, deepfake e feminicídio.

Precisamos, em suma, de leis efetivas, ou seja, que saiam do papel e sejam instrumentos reais para a atuação da Polícia e do Poder Judiciário, garantindo punição menos morosa e mais rigorosa aos criminosos. Eles precisam ter a certeza que os atos contra a vida alheia não ficarão impunes e que haverá um preço alto a se pagar.

O enfrentamento, sublinho, não é apenas institucional. É também social. Portanto, denunciar é fundamental. A violência contra a mulher acontece na casa ao lado, no ambiente de trabalho, na escola. O silêncio não pode se tornar cúmplice.

***Deputado estadual em São Paulo pelo União Brasil, em segundo mandato; é coordenador da Frente Parlamentar de Combate à Violência em Ambiente Digital Contra Crianças e Adolescentes da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp); foi vereador em Campinas-SP por quatro mandatos e presidente da Câmara Municipal por duas gestões; é graduado em Relações Internacionais**